

Edição nº 86 – 17 a 21 de dezembro

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA**MP DO FINANCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO COM RECURSOS PRIVADOS É APROVADA PELO CONGRESSO NACIONAL**

Na última semana, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 31/2018, originário da Medida Provisória nº 851/2018, que autoriza a Administração Pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais.

Na prática, a medida criou um marco regulatório para a captação de recursos privados que servirão para o financiamento de projetos em instituições de interesse público, como as universidades, em âmbito federal, estadual, municipal e distrital.

A medida foi uma das respostas do Governo Federal à tragédia do incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 02 de setembro deste ano.

O Museu, que completou 200 anos em 2018, teve seu acervo quase totalmente consumido e divulgou, após o acidente, que enfrentava dificuldades financeiras para a manutenção e preservação dos objetos abrigados.

Os fundos patrimoniais, que receberão as doações privadas e farão investimentos no mercado financeiro, poderão servir como ferramentas de financiamento a longo prazo para as instituições de interesse público, por meio de parcerias, programas e projetos nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social, desporto, segurança pública e direitos humanos.

A matéria havia sido aprovada na segunda-feira (10) pelo Plenário da Câmara dos Deputados, na forma do Substitutivo apresentado pela relatora, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP).

Na quarta (13), o texto foi lido e deliberado no Plenário do Senado Federal, tendo sido remetido à sanção do presidente Temer ainda naquele dia.

O presidente tem 15 dias úteis para sanção ou veto, total ou parcial, do texto aprovado pelas Casas do Congresso Nacional, tendo em vista que a redação original da MP foi modificada durante o seu trâmite perante o Poder Legislativo.

COMISSÃO DO SENADO APROVA A REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL

A Comissão Temporária para a Reforma do Código Comercial (CCC), do Senado Federal, aprovou, na última terça-feira (11/12/2018), nos termos do relatório e do substitutivo apresentados pelo relator, senador Pedro Chaves (PRB-MS), o PLS nº 487/2013, que dispõe sobre a reforma do Código Comercial.

A proposição, que foi elaborada por um grupo de juristas e apresentada pelo então presidente do Senado, senador Renan Calheiros (MDB-AL), disciplina a organização e a exploração de empresas nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo. Entre outros pontos da proposição aprovada, merecem destaque os seguintes:

- (i) vedação da aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) nas relações comerciais entre empresários;
- (ii) seção específica sobre o comércio eletrônico;
- (iii) possibilidade de os Estados e o Distrito Federal criarem varas e câmaras especializadas nas matérias de direito comercial ou empresarial, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer os critérios de instalação;
- (iv) não obrigatoriedade do registro contábil em meio físico, abrindo a possibilidade de ser feito em meio eletrônico;
- (v) definição e punição à concorrência desleal; e
- (vi) livro específico para tratar do Direito Comercial Marítimo.

Agora, a matéria será analisada pelo Plenário do Senado Federal.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA DA CÂMARA APROVA PROJETO QUE INSTITUI PROCEDIMENTOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO NAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PROJETO QUE INSTITUI BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA OS INSUMOS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NO SUS

Na última quarta-feira (12/12/2018), a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovou, nos termos do parecer e substitutivo do relator, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), o PL nº 4.798/16, que altera a Lei nº 12.154/09, que cria a Superintendência

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócio responsável: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br)

www.tozzinifreire.com.br

Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), para, entre outros pontos, introduzir parâmetros adicionais de controle e de transparência nas atividades de supervisão e normatização das entidades fechadas de previdência complementar.

Agora, a matéria será analisada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

A CSSF também aprovou, na mesma data, nos termos do parecer do relator, deputado Juscelino Filho (DEM-MA), o PL nº 10.165/2018, que altera a Lei nº 8.032/1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, para isentar de impostos a importação de equipamentos e insumos sem produção nacional utilizados no atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), quando a indústria produtora tiver investimentos em pesquisa, desenvolvimento ou inovação no território brasileiro. A matéria será encaminhada à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para deliberação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA APROVA PL QUE TRATA DA NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS NO ADICIONAL DE ENERGIA DAS BANDEIRAS TARIFÁRIAS

Na última segunda-feira (10), a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), aprovou o parecer do relator, deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), favorável ao projeto de lei complementar (PLP) nº 62/2015, de autoria do deputado Fabio Garcia (PSB-MT), que prevê a não incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no adicional de energia cobrado por ocasião das bandeiras tarifárias de energia elétrica. Com a aprovação pela CCJC, o projeto seguirá para a votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

AGENDA DA SEMANA SENADO FEDERAL

PLENÁRIO
18/12/2018, ÀS 14H

FIQUE DE OLHO

PLC nº 78/2018, que permite à Petrobras a transferência parcial a terceiros de áreas contratadas no regime de cessão onerosa.

Relator: não designado.

Relatório: não apresentado.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória
PLV: Projeto de Lei de Conversão

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CÂMARA APROVA PL QUE CRIA O CADASTRO TELEFÔNICO DE PROIBIÇÃO DE OFERTA E REJEITA O PL QUE ACABA COM A FIDELIZAÇÃO DE CONSUMIDORES DE TELEFONIA

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) aprovou, na última terça-feira (18/12/2018), o parecer do relator, deputado Professor Pacco (PODE-DF), favorável ao PL nº 9.615/2018, que autoriza a criação do cadastro telefônico de proibição de oferta, a ser implementado pelos órgãos públicos de defesa do consumidor. O projeto, de autoria do senador Lasier Martins (PSDRS), prevê que o consumidor que desejar incluir seus dados no referido cadastro não poderá receber oferta de produto ou serviço por telefone ou mensagem de texto. Com a aprovação, o projeto seguirá para a análise da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Já na quarta-feira (19/12/2018), a CCTCI decidiu por rejeitar o PL nº 4.379/2016, de autoria do deputado Flavinho (PSB-SP), que prevê alterações no Código de Defesa do Consumidor no intuito de estabelecer condições para a cobrança de tarifas de planos pós-pagos e a obrigatoriedade de reembolso de créditos não utilizados de planos pré-pagos, em caso de rescisão de contrato de prestação de serviços de telecomunicações. Segundo o parecer apresentado pelo relator na CCTCI, o deputado Roberto Alves (PRB-SP), o PL visa eliminar a possibilidade da utilização do instituto de fidelização por parte das operadoras de telecomunicações, o que pode ser prejudicial aos consumidores e, por isso, a proposição legislativa não deve prosperar. O projeto segue agora para a análise por parte da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)
19/12/2018, ÀS 10H

SCD nº 10/2018, dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação parcial do Substitutivo da Câmara dos Deputados.

PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

PLS nº 312/2016, que enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro, permite à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária.

Relator: sen. Garibaldi Alves Filho (MDB-RN)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 35/2018, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

Relatora: sen. Marta Suplicy (MDB-SP)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 398/2018, que torna obrigatória a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, do áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Relatora: sen. Ana Amélia (PP-RS)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)
18/12/2018, às 10H

PLC nº 135/2018, que regulamenta a Empresa Simples de Crédito (ESC), destinada à realização de operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito, tendo como contrapartes microempreendedores individuais,

microempresas e empresas de pequeno porte, bem como prevê a criação do Inova Simples, regime especial simplificado que concede às iniciativas empresariais de caráter incremental e/ou disruptivo tratamento diferenciado.

Relator: sen. Armando Monteiro (PTB-PE)
Relatório: não apresentado.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)
19/12/2018, às 9H

PLS nº 138/2017, que altera a Lei nº 7.064/1982, para dispor sobre trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

Relator: sen. Jorge Viana (PT-AC)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 8/2018, que revoga o artigo 18 da Lei Federal de Vigilância Sanitária para eliminar como requisito para o registro no Brasil a exigência de comprovação de registro no país de origem de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos importados.

Relator: sen. Armando Monteiro (PTB-PE)
Relatório: pela aprovação, sem emendas.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA)
18/12/2018, às 11H30

PLS nº 408/2012, que altera a Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979) para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.

Relator: sen. Valdir Raupp (MDB-RO)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)
19/12/2018, às 10H

FIQUE DE OLHO

PL nº 7.579/2017, que dispõe sobre a regulação da atividade econômica realizada por intermédio de plataformas digitais que intermedeiem prestações de serviços entre usuários cadastrados.

Relator: dep. Sandro Alex (PSD-PR)
Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)
19/12/2018, às 15H

PL nº 2.433/2015, que cria o programa de incentivo à adoção de tecnologias redutoras de risco agroclimático, com a finalidade de fomentar a adoção de tecnologias produtivas que reduzam as perdas de safra decorrentes de eventos climáticos.

Relator: dep. Thiago Peixoto (PSD-GO)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)
19/12/2018, às 14H

PL nº 8.226/2017, que altera o Código Penal para tipificar o crime de extorsão praticado contra empresas e comerciantes.

Relator: dep. Ronaldo Martins (PRB-CE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.274/2017, que altera a Lei de Segurança para Estabelecimentos Financeiros para obrigar tais estabelecimentos a manterem circuito fechado de televisão que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Departamento de Polícia Federal, devendo as imagens ser armazenadas por, pelo menos, 60 dias.

Relator: dep. Vinicius Carvalho (PRB-SP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.